



Resumo de Notícias

13/01/2016 - Rede Brasil Atual

Marco das Comunicações precisa de mais debate para evitar o pior

Para coordenadora do Intervozes, mesmo com a prorrogação da consulta pública, marco não teve o tempo necessário para discuti-lo com a sociedade

A consulta pública para rediscutir o Marco Regulatório das Comunicações se encerra na sexta-feira (15). Em entrevista à Rádio Brasil Atual, a coordenadora do Intervozes, Veridiana Alimonti, afirma que o prazo estipulado pelo governo é curto para uma pauta importante para a sociedade. A consulta já recebeu 299 contribuições. São 27 questões que podem receber comentários dos participantes.

Do que se trata o Marco Regulatório das Comunicações?

A principal base legal da regulamentação dos serviços de telecomunicação no Brasil é a Lei Geral de Telecomunicações, que foi feita quando o setor foi privatizado. Nós estamos passando por um debate há algum tempo, pois a lei faz uma diferenciação sobre a regulamentação que deveria ser aplicada, que são os serviços considerados essenciais e os não considerados, então estamos falando dos serviços de telefonia, internet e TV por assinatura.

A lei diz que os serviços de telefonia fixa são considerados essenciais, e foram feitos contratos de concessões na época, que estão em vigor até hoje. Mas o Intervozes e outras entidades vem dizendo que o acesso à banda larga é um serviço essencial, é assim que ele deveria ser tratado, a Lei Geral de Telecomunicações diz isso. Mas para o serviço considerar essencial deve haver garantias. O Marco Civil da Internet reconheceu que a internet é essencial para o exercício da cidadania. Entretanto, o governo não trata do acesso à banda larga, porque isso teria implicações regulatórias, como o controle de preços, estabelecer metas de universalização, inclusive, discussões sobre os bens indispensáveis sobre a prestação desse serviço, que segundo a Lei Geral, as redes são reversíveis, ou seja, o final da prestação de serviço da empresa retornaria ao Estado.

Nós passamos por um momento de revisão dos

contratos de concessão da telefonia fixa no Brasil, que acontece de cinco em cinco anos, e o governo vem discutindo com as empresas as concessões de telefonia fixa. O governo reconhece que é necessário que haja políticas para a banca larga, mas não quer coloca-la no regime público, que permite controle tarifário, reversibilidade de bens, a universalização, o que deve ser aplicado quando o serviço é considerado essencial. Então, a discussão vem nesse contexto.

A consulta pública é interessante, porque é um modelo que foi desenhado na década de 90 e podemos avançar nele, mas existem preocupações que possam piora-lo.

Foi prorrogada a participação de vários setores da sociedade. Até o momento, o caminho levou para inovações? Como está o debate?

Nós ficamos preocupados com o curto prazo estipulado para a consulta pública para discutir um tema tão relevante. A consulta pública foi aberta em novembro de 2015, e com o prazo de terminar próximo ao Natal. Houve pressão de movimentos sociais e empresas para prorrogar o prazo da consulta, e o prazo passou para o dia 15. Porém, não é o tempo ideal para discutir o tema que trata da estrutura do setor de telecomunicação, e envolve o suporte para o acesso à internet.

O governo diz que é importante que o assunto seja resolvido rapidamente, porque a política de acesso à internet tem metas que foram colocadas na campanha da presidenta Dilma. Também existem discussões no Legislativo, onde se criou uma comissão na Câmara para analisar a Lei Geral de Telecomunicações.

O tema é complexo e envolve a sociedade, o que demanda tempo.

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/01/marco-das-comunicacoes-precisa-de-debate-poss-pressoes-podem-melhorar-o-piora-lo-571.html>



Resumo de Notícias

14/01/2016 - Instituto Telecom

Pelo PPA, Telebras assume a missão de implantar rede privada do Governo

A presidenta Dilma Rousseff sancionou nesta quinta-feira, 14/01, o Plano Plurianual (PPA), para o período de 2016 a 2019, e mais uma vez há poucas referências para o setor de TICs. Entre as prioridades do governo federal estão o Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Plano Brasil sem Miséria. O texto sancionado diz que, em 90 dias, o governo informará ao Congresso Nacional o montante de recursos a ser destinado, no quadriênio 2016-2019, ao PAC e ao Programa de Investimentos em Logística.

Com relação à TICs, há referência, mesmo que breve para a banda larga, com o acesso móvel é mais citado que a banda larga fixa. De acordo com o PPA, a banda larga móvel deverá ficar disponível para todos os municípios do País, com expansão do 3G e 4G para 90% dos acessos. Segundo o PPA, até 2019, a região Centro-Oeste deve ter 91,7% das conexões móveis por meio dessas tecnologias; 89,8% no Nordeste; 86,4% nas conexões

da região Norte; 91,4% nos acessos do Sudeste e 87,1%, nos da região Sul.

Para a banda larga fixa, o PPA estabelece o aumento da velocidade média e a ampliação da parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) ótica por meio da realização de leilões reversos, sem fixar metas. Na área de inclusão digital, a meta é chegar a um milhão de participantes nos programas até 2019.

A Telebras terá a incumbência de cuidar das comunicações estratégicas por conta do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) e a correspondente implantação dos sistemas em terra para o seu controle e utilização; a disponibilização das comunicações de dados entre o Brasil e a Europa através do lançamento de cabo submarino entre os continentes; e – aqui um ponto relevante – assume a responsabilidade de implantar a Rede Privativa da Administração Pública Federal.

14/01/2016 - Instituto Telecom

Serviços de telecomunicações recuam 4,7% em novembro

Os serviços de informação e comunicação registraram variação negativa de 4,4% em novembro, na comparação com igual mês do ano anterior, contra queda de 3,2% na comparação com outubro e recuou de 0,6% ante setembro. As variações acumuladas no ano e em 12 meses ficaram em 0,1%, segundo a pesquisa mensal, divulgada nesta quinta-feira, 14, pelo IBGE. Os serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) apresentaram queda de 4,3% no volume, com destaque para telecomunicações, com retração de 4,7%, e serviços de TI, com perdas de 2,9%.

Os serviços de TIC caíram 3,5% e 0,9% na comparação com os resultados dos meses de outubro e setembro, respectivamente. Nessas mesmas comparações, o volume dos serviços de telecomunicação recuou 4% e 2,4%, e o de TI caiu 1,7% ante outubro, porém aumentou 4,7%, em relação ao volume obtido no mês de setembro de 2015.

Os serviços audiovisuais, de edição e agências de

notícias, apresentaram variação negativa mensal de 4,6% no volume, mas igual ao mesmo mês do ano anterior. Na comparação com o mês de outubro, a queda foi de 1,5% e ante setembro, a taxa ficou positiva em 0,8%. Em 11 meses, o acumulado é de retração de 4,1%, ficando em 4% considerando 12 meses.

Segundo o IBGE, o volume de serviços prestados no Brasil, no mês de novembro de 2015, apresentou queda de 6,3%, na comparação com igual mês do ano anterior, a maior da série iniciada em 2012, contra recuos de 5,8% de outubro e 4,8% de setembro, mantendo a sequência de resultados negativos registrados em 2015 (à exceção de março, que registrou crescimento de 2,3%). Nesta mesma comparação, a receita nominal registrou variação negativa anual de 0,8% em novembro, contra queda de 0,4% em outubro e estabilidade em setembro. A taxa acumulada da receita nominal no ano ficou em 1,4% e, em 12 meses, 1,6%.



Resumo de Notícias

14/01/2016 - Vermelho

Senado deve analisar PEC que reduz jornada de trabalho

Está pronta para entrar na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado a PEC que reduz de 44 horas para 40 horas a jornada semanal de trabalho no país. Proposta semelhante aguarda há exatos 20 anos



por votação no plenário da Câmara dos Deputados, já tendo sido aprovada em comissão especial.

A proposta no Senado, de autoria do senador Paulo Rocha (PT-PA), tem parecer favorável do senador Walter Pinheiro (PT-BA). Se aprovada na comissão, segue para análise em Plenário.

O projeto prevê uma redução gradual da jornada até se alcançar as 40 horas semanais. A partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da aprovação da proposta, a jornada passará a ser de 43 horas semanais, sendo reduzida anualmente, nos anos subsequentes, em uma hora, até o limite de 40 horas semanais. O texto, no entanto, veda a redução de salários, benefícios ou direitos devido à diminuição das horas trabalhadas.

Na Câmara, a proposta, de autoria do ex-deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi apresentada em 1995 e até hoje não foi votada em plenário. A última redução ocorreu na Constituição de 1988, quando as horas trabalhadas passaram de 48 para 44 horas semanalmente.

Desde julho de 2009, a proposta da Câmara, que recebeu parecer favorável do relator, deputado Vicentinho (PT-SP), já está pronta para o 1º turno de votação na Câmara, após ter sido aprovada com o

apoio de todas as centrais sindicais e em clima de festa na Comissão Especial da Jornada Máxima de Trabalho. Falta, no entanto, acordo para inclusão do texto na pauta do Plenário.

Em defesa da PEC, os sindicalistas citam estudo

do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), segundo o qual uma redução de 4 horas criaria cerca de três milhões empregos e aumentaria apenas 1,99% os custos totais das empresas.

Benefícios

No Senado, o autor da proposta, senador Paulo Rocha, alega que jornadas mais reduzidas permitem a melhora nos índices de saúde e de segurança no trabalho, trazem benefícios para toda a família do trabalhador, servem para promover a igualdade entre os sexos, aumentam a produtividade nas empresas e dão ao trabalhador opções de lazer e de aperfeiçoamento.

Além disso, argumenta Paulo Rocha, a redução da jornada permitiria a repartição melhor do mercado de trabalho, reduzindo o desemprego e melhorando a distribuição da renda.

O relator da matéria, Walter Pinheiro, ressaltou em seu parecer que desde a Assembleia Nacional Constituinte de 1988 havia a intenção de se implantar uma jornada de 40 horas semanais. Ao se decidir pelas 44 horas, entretanto, os constituintes possibilitaram a sua redução mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.



Resumo de Notícias

Padrão legal

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que a jornada de 40 horas semanais é o padrão legal predominante no mundo, adotado por mais de 40% dos países. De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a jornada brasileira atual é maior que a de países como a Alemanha (39 horas/semana), Estados Unidos (40 horas/semana), França (38 horas/semana) e Canadá (31 horas/semana). No Chile, a jornada semanal é de 43 horas e na Argentina, de 39. Nesses países, a jornada foi reduzida nos últimos 20 anos.

"O crescimento econômico, por si só, não é garantia de expansão do emprego na dimensão que o Brasil necessita para ocupar a mão de obra disponível. A

média mensal da taxa de desocupação ainda é alta e agravou-se com a crise econômica de 2008. Não resta dúvida de que a redução da jornada será sempre um tema polêmico, mas é, sem dúvida, uma opção politicamente necessária, na linha da já adotada por outros países, especialmente os da Comunidade Econômica Europeia e dos países latino-americanos", defendeu Pinheiro.

O relator acrescentou que a jornada de trabalho semanal de 40 horas semanais já é uma realidade em muitos setores da nossa economia, e não há razão para que ela não seja adotada como referência. Estudos do Dieese também apontaram que a redução da jornada de 44 horas semanais para 40 provoca um aumento de menos de 2% no custo total de produção.

Comércio eletrônico cresce 15,3% e fatura R\$ 41,3 bilhões



Segundo levantamento da E-bit/Buscapé, as vendas realizadas em 2015 nas lojas virtuais brasileiras apresentaram um crescimento nominal de 15,3% na comparação com 2014, alcançando um faturamento de R\$ 41,3 bilhões.

Se a todo instante a mídia tradicional faz alarde com dados negativos relativos à economia brasileira, os números comprovam que foi um ano positivo para o setor, com um total de 106,5 milhões de pedidos.

O tíquete médio também subiu, em 12%, atingindo valor médio de R\$ 388 - em parte devido à inflação, que também elevou os preços dos produtos vendidos on-line no decorrer do ano.

"O comércio eletrônico ainda é um setor muito atrativo na economia brasileira e acreditamos que ainda existe muito espaço para crescimento. O mercado ainda continuará apresentando crescimento em 2016, principalmente pelo aumento das vendas via dispositivos móveis", comenta André Ricardo Dias, diretor-executivo da E-bit.

Em fevereiro, a E-bit divulga a 33ª edição do relatório WebShoppers, com o estudo completo sobre o comércio eletrônico brasileiro em 2015.

Vendas online para estrangeiros

Com o câmbio desvalorizado, as oportunidades do comércio eletrônico internacional tornam-se ainda mais atrativas. Empresas brasileiras vendendo para estrangeiros via internet já movimentavam R\$ 1,5 bilhão em 2013 e deverão movimentar R\$ 4 bilhões em 2018, estima o estudo "A Moderna Rota das Especiarias" da Nielsen, encomendada pelo PayPal em 2013.

O comércio eletrônico brasileiro conta hoje com 450 mil sites ativos, segundo pesquisa do PayPal encomendada à BigData, divulgada em março de 2015. Os pequenos sites, que recebem até 10 mil visitas mensais, representam 88% deste universo. A pesquisa indica, ainda, que 60% dos sites ainda não oferecem qualquer opção de pagamento online.



Resumo de Notícias

14 de janeiro de 2016 - Vermelho

Juros desviam 10% da renda das famílias, diz professor da Unicamp

A uma semana da reunião do Copom, que sinaliza um aumento da Selic, o professor de Economia da Unicamp, Pedro Rossi, avalia que uma decisão nesse sentido seria “temerária”. Em entrevista ao Vermelho, ele calcula que os juros, hoje, já consomem cerca de 10% da renda das famílias e 20% da arrecadação do governo. O professor alerta que subir a taxa de juros significará mais crise, mais desemprego e menos renda – um custo social elevado que o Bacen parece disposto a pagar.

“Se o Banco Central aumentar juros será uma confirmação de que ele não está nem aí para a recessão e para o desemprego. Deixará claro que o seu compromisso único é com o mercado financeiro”, critica o professor.

A próxima reunião do Copom, que decide o patamar da taxa de juros básicos da economia brasileira será realizada em 19 e 20 de janeiro. A expectativa é de que vá haver um aumento 0,50 ponto percentual na Selic, o que levará a taxa ao patamar de 14,75%, o mais alto desde julho de 2006. Tal perspectiva tem sido rechaçada por economistas, empresários e trabalhadores, que apontam o impacto negativo desta política monetária para o crescimento.

De acordo com Rossi, na atual situação da economia, não faz sentido retomar a trajetória de alta da Selic. “Há uma recessão violenta, uma velocidade alta de deterioração do mercado de trabalho. Todo mundo sabe que o problema não é excesso de demanda. Aumentar juros significará mais desemprego e menos salário”, aponta.

Ele destaca que, além do mais, subir a taxa de juros terá pouco efeito para controlar preços, diante de uma inflação que está mais relacionada a um choque cambial a aos preços administrados. “O BC parece estar disposto a pagar, com um enorme custo social, um ou dois pontos percentuais de inflação a menos. É uma decisão temerária”, condena.

Atendendo aos desejos do mercado

Ao analisar os interesses envolvidos na decisão sobre os juros, Rossi revela a relação muitas vezes promíscua que existe entre a autoridade monetária e o mercado financeiro, que finda por influenciar a atuação do BC – sempre a favor do rentismo.

“No fundo, o problema é que o Banco Central é uma instituição que responde às expectativas, para não dizer aos desejos, do mercado. E os diretores do Banco Central muitos

vêm do mercado e depois voltam ao mercado, o que significa que há um conflito de interesses aí”, expõe.

De acordo com ele, “os juros funcionam como a boia de salvação dos capitalistas em uma hora de crise”. Quer dizer, se a economia vai mal, os juros são uma garantia de preservação da riqueza. “É um mecanismo de concentração de renda e que tem provocado uma transferência de renda absurda”, critica.

Conflito de classe

“Num cálculo que tenho aqui, os juros desviam em média hoje cerca de 10% da renda das famílias e o equivalente a 20% da arrecadação do governo. São valores que vão da população para o pagamento de juros aos bancos e investidores que possuem títulos da dívida. Então é um mecanismo de transferência de renda”, conclui.

E, quando o Banco Central aumenta os juros, há uma parcela da sociedade – o topo da pirâmide – que comemora, porque vai ganhar mais. “Então há um conflito de classes por trás das decisões de Copom. E quem sai perdendo é sempre o trabalhador”, avalia.

Segundo ele, o Banco Central quer fazer o ajuste via mercado de trabalho. “E o custo social disso é enorme”.

Desestímulo à indústria

Dados divulgados pelo IBGE, na última terça (11), mostram que a produção industrial brasileira caiu 2,4% em novembro na comparação com outubro, pior resultado desde dezembro de 2013. O número representa a sexta queda mensal seguida, sequência inédita de perdas na série histórica, iniciada em 2002.

De acordo com Rossi, a indústria vive hoje o efeito de anos de uma política econômica equivocada e de falta de uma estratégia clara. Ele cita ainda que o setor sofreu com a mudança no cenário internacional, com a entrada da China e a crise de 2008.

“O Brasil foi sendo invadido por produtos chineses que corroeram as cadeias produtivas industriais por dentro com aumento dos componentes importados. A gente não soube conter isso. Não houve uma política cambial e de juros, uma política industrial e comercial, de compras públicas, que ajudassem a enfrentar isso. Não houve uma institucionalidade capaz de se contrapor”, lamenta.



Resumo de Notícias

O professor ressalta ainda que a alta taxa de juros atual torna-se um fator de desestímulo à atividade industrial. “Quando a taxa de juros aumenta, eu só vou entrar em uma atividade industrial, se a expectativa de lucro estiver acima disto, destes 14,25%, que não têm risco. Então é um desestímulo”, aponta.

Nesse sentido, aumentar a Selic vai na contramão de qualquer iniciativa para a retomada da indústria. Questionado sobre que medidas podem ser adotadas para recuperar o setor, Rossi sugere justamente o contrário: “baixar os juros é fundamental e manter uma política cambial de longo prazo, que mantenha a taxa depreciada e com baixa volatilidade. Outra coisa é criar uma institucionalidade”.

Segundo o professor, um país do tamanho do Brasil precisa de empregos urbanos de qualidade, que o setor agrícola e os serviços não oferecem. “Se a gente não tem uma estrutura produtiva diversificada, os empregos urbanos serão de baixa qualidade, é a empregada doméstica, o camelô, etc. Então o Brasil não pode ficar refém apenas da produção de bens primários”, reitera.

Uma agenda pró-crescimento

Para Rossi, ainda é difícil saber os rumos da economia neste início de 2016. “Ainda é uma incógnita. A pergunta é se haverá uma retomada da economia no segundo semestre. Para isso, precisa haver a retomada do investimento público e privado, uma agenda pró-crescimento”, defende.

Na sua avaliação, após a mudança no comando do Ministério da fazenda, é preciso virar a página do ajuste. “Em 2015, só se falava em ajuste. [O ex-ministro da Fazenda, Joaquim] Levy era muito ideológico e só pensava em cortar gastos, enquanto a economia desabava. Essa política econômica fracassou. A gestão Levy foi um fracasso. Ele não conseguiu dialogar com os setores da sociedade e recuperar a economia”, critica.

Neste ano, ele espera que a política econômica tenha outra agenda, pós-ajuste. “Agora, é preciso implementar uma agenda pró-crescimento, recuperar o gasto público em setores essenciais, preservar gastos sociais, focar em emprego e renda”, propõe.

De acordo com o economista, há sinais de que o novo titular da fazenda, Nelson Barbosa, será mais flexível e trará diálogo com diversos setores. Para ele, o governo tem



dado alguns passos para destravar a economia, como o acordo de leniência e a perspectiva de estímulo aos bancos públicos para ampliação do crédito. “Mas ainda é pouco, é preciso medidas mais efetivas. É preciso estimular a demanda, que despencou no último ano. O principal objetivo da política econômica deveria ser estancar a queda da demanda. Para isso, deve-se fazer uso da política fiscal”, sugere.

No final do ano passado, o governo federal editou medida provisória para acelerar acordos de leniência com empresas investigadas em casos de corrupção, de forma que elas não fiquem paralisadas, afetando a economia do país – o que aconteceu em decorrência das investigações da Operação Lava Jato. E nesse princípio de ano, o novo ministro da Fazenda afirmou que os bancos públicos ajudarão a expandir a oferta de crédito na economia, principalmente para o setor da construção civil.

Reservas, o colchão de segurança

Indagado sobre o quanto o Brasil está vulnerável às turbulências no cenário internacional, Rossi lembra que, de a crise de 2008, vivemos um cenário conturbado. Mas não acredita que haverá uma fuga de capitais, provocada por aumento de juros em outros países.

“Os Estados Unidos ainda tentam se recuperar [da crise]. A China está reorientando o seu modelo de desenvolvimento e deve ter outras demandas. O cenário internacional é ainda complexo. Não acredito que vá haver uma fuga de capitais do país, em decorrência de aumento da taxa de juros fora do Brasil. Os Estados unidos irão aumentar os juros, mas em um processo gradual, já Europa e Japão devem continuar com juros baixos por muito tempo, o que garante fatura de financiamentos externos”, avalia.

O professor destaca ainda a importância das reservas internacionais. E ressalta que a situação do país hoje é bem mais confortável que em crises anteriores e há margem para investir no crescimento.

“No Brasil, as reservas internacionais são um colchão de segurança. Na atual crise o país não precisou recorrer ao FMI, diferente do que aconteceu em outros momentos, por causa das reservas. Não precisamos de recursos externos para pagar dívidas públicas e isso garante uma certa margem de manobra para desenhar uma estratégia de desenvolvimento. Nesse sentido, a situação hoje é muito mais confortável. Então há espaço para montar uma estratégia de crescimento”, conclui.